



# INFRAESTRUTURAS DE SUPORTE À EDUCAÇÃO ABERTA:

## Entre redes, repositórios, plataformas e políticas

Eva Priscila Vieira Dann

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil | [priscila.dann@progesp.ufrgs.br](mailto:priscila.dann@progesp.ufrgs.br)

ID <https://orcid.org/0000-0001-5707-7488>

Caterina Marta Groposo Pavão

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil | [caterina@ufrgs.br](mailto:caterina@ufrgs.br)

ID <https://orcid.org/0000-0003-3712-7200>

DOI: 10.22477/xiv.biredial.383

**EJE TEMÁICO:** Comunicación académica, científica y cultural en abierto

### RESUMEN

O presente trabalho discute o papel das Infraestruturas abertas no suporte à Educação Aberta, ambas entendidas como dimensões do ecossistema da Ciência Aberta. A pesquisa busca compreender quais infraestruturas abertas podem sustentar a Educação Aberta. O recorte geográfico concentra-se no contexto brasileiro, com extensão, sempre que pertinente, para o latino-americano. Justifica-se pela necessidade de identificar e compreender os elementos que viabilizam práticas educativas mais inclusivas, acessíveis e colaborativas, especialmente em regiões marcadas por desigualdades. O objetivo é mapear e analisar exemplos de infraestruturas que promovem ou potencializam práticas de Educação Aberta. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, com abordagem exploratório-descritiva, baseada em pesquisa documental. Além de fontes primárias disponíveis em bases de dados da área e textos legais, foram consultadas as informações disponibilizadas nos sítios das infraestruturas selecionadas e ainda em fontes primárias disponíveis em bases de dados da área. A análise foi feita, com base em categorias previamente definidas para as infraestruturas mapeadas: políticas públicas e institucionais que incentivam as PEAs; licenças abertas; repositórios de REAs; Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) abertos; plataformas de Cursos Online Abertos e Massivos (MOOCs); e as redes regionais de suporte. Como resultado, o estudo apresenta um conjunto de exemplos representativos de cada categoria. Espera-se que os achados contribuam para a formulação de estratégias que fortaleçam as Práticas Educativas Abertas (PEAs) e promovam maior equidade educacional por meio do uso de infraestruturas abertas.

**Palabras-clave:** Ciência aberta; Educação aberta; Infraestruturas abertas.

### ABSTRACT

This paper discusses the role of Open Infrastructures in supporting Open Education, both understood as dimensions of the Open Science ecosystem. The research seeks to understand which open infrastructures can sustain Open Education. The geographical focus is on the Brazilian context, extending, whenever pertinent, to the Latin American one. This focus is justified by the need to identify and understand the elements that enable more inclu-



sive, accessible, and collaborative educational practices, especially in regions marked by inequalities. The objective is to map and analyze examples of infrastructures that promote or enhance Open Educational Practices. This is a qualitative, applied research study with an exploratory-descriptive approach, based on documentary research. In addition to primary sources available in area-specific databases and legal texts, the information available on the websites of the selected infrastructures and primary sources from area databases were consulted. The analysis was based on previously defined categories for the mapped infrastructures: public and institutional policies that encourage Open Educational Practices (OEP); open licenses; Open Educational Resource (OER) repositories; open Virtual Learning Environments (VLEs); Massive Open Online Course (MOOC) platforms; and regional support networks. As a result, the study presents a set of representative examples for each category. It is expected that the findings will contribute to the formulation of strategies that strengthen Open Educational Practices (OEP) and promote greater educational equity through the use of open infrastructures.

**Keywords:** Open Science; Open Education; Open Infrastructures.

## 1. INTRODUÇÃO

A atividade científica tem passado por transformações significativas com o avanço da Ciência Aberta, cuja premissa reside na democratização do acesso ao conhecimento científico, por meio de práticas mais inclusivas, colaborativas e transparentes. Conforme Albagli (2015) a Ciência Aberta pode ser compreendida como um termo guarda-chuva, que reúne diferentes práticas e dimensões. Entre elas, destacam-se as infraestruturas abertas, consideradas elementos fundamentais para viabilizar a criação, compartilhamento e reutilização da produção científica. A relevância dessas infraestruturas foi reforçada recentemente com a publicação do livro *Infraestruturas de Suporte à Ciência Aberta*, pela Editora Ibict (Drucker et al., 2025). Além de atender aos marcos de um dos compromissos estabelecidos pelo 6º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto (Controladoria-Geral da União, 2023), no contexto da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership - OGP*)<sup>1</sup>, a obra explora as infraestruturas de suporte à Ciência Aberta com base na taxonomia proposta Silveira et al. (2023). Esse conjunto de iniciativas fomenta o interesse por novas investigações que investiguem o papel dessas infraestruturas no apoio a dimensões mais específicas do ecossistema da Ciência Aberta, como é o caso da Educação Aberta.

Fundamentada em princípios como inclusão, colaboração e acessibilidade, a Educação Aberta depende de ferramentas e infraestruturas que viabilizem suas práticas pedagógicas. Repositórios de Recursos Educacionais Abertos (REAs), plataformas de cursos massivos abertos (MOOCs) e políticas públicas alinhadas às práticas de abertura são componentes fundamentais para consolidar os propósitos da Educação Aberta, especialmente em regiões como o Brasil e a América Latina, que enfrentam desafios socioeconômicos e educacionais específicos.

<sup>1</sup>O Compromisso 3 do 6º Plano, Práticas colaborativas para a ciência e a tecnologia, tem como propósito “promover práticas científicas transparentes, responsáveis, colaborativas e reproduutíveis para acelerar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e ampliar seu impacto social”. Um dos marcos de cumprimento desse compromisso é justamente o que se refere à realização de estudos a respeito das infraestruturas de suporte à ciência aberta.



Tendo em vista o cenário descrito, o presente estudo propõe-se a responder à seguinte questão: *quais infraestruturas abertas podem sustentar a Educação Aberta?* Para isso, foi realizada uma pesquisa documental de cunho exploratório e descriptivo que, baseada em categorias de infraestruturas abertas previamente definidas, identificou algumas iniciativas presentes nas práticas de Educação Aberta no contexto brasileiro e, sempre que possível, ampliou o olhar para a realidade latino-americana, reconhecendo seus desafios e potencialidades no fortalecimento da abertura na área educacional. Dessa forma, a pesquisa buscou não apenas identificar as características e potencialidades dessas infraestruturas, mas também contribuir para o fortalecimento das Práticas Educativas Abertas (PEAs).

Para tanto, o trabalho organiza-se da seguinte forma: a seção 2 apresenta o referencial teórico, abordando os conceitos sobre Ciência Aberta, Educação Aberta e infraestruturas abertas, além de refletir a respeito das aproximações possíveis entre essas dimensões. Na seção 3, descreve-se o percurso metodológico adotado para a escolha e análise das infraestruturas investigadas, cujos resultados são descritos na seção 4, por meio de categorias de infraestruturas estabelecidas respectivos exemplos mapeados. Por fim, a seção 5 traz as considerações finais, destacando as principais contribuições do estudo.

## 2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Ciência Aberta é um movimento que engloba diferentes dimensões, constituindo um ecossistema dinâmico, multifacetado e em constante transformação. Ela congrega múltiplos elementos em seu escopo de atuação, o que amplia suas fronteiras para diferentes disciplinas e áreas científicas. Albagli et al. (2014) mencionam pelo menos seis iniciativas e práticas que fomentam a Ciência Aberta: Acesso aberto a publicações científicas (*Open Access*); Educação aberta e recursos educacionais abertos (REAs); Ciência cidadã (*Citizen Science*); Dados científicos abertos (*scientific open data*); Ferramentas e materiais científicos abertos; Cadernos de pesquisa abertos (*Open Notebook Science*). Trata-se, portanto, de um novo paradigma de comunicação científica, no qual ocorrem processos em que o conhecimento é gerado, utilizado, reutilizado e compartilhado, por meio da interação de distintos atores, instituições, tecnologias e políticas.

De acordo com a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco, 2020), a Ciência Aberta é um movimento abrangente, que pretende tornar a ciência mais acessível, eficiente e democrática, ao unir práticas colaborativas que promovem o acesso ao conhecimento. Nesse sentido, concorda-se com a ideia de que a Ciência Aberta “[...] é uma visão, um novo modelo de ciência que se baseia no trabalho colaborativo entre acadêmicos e também na abertura e transparência de todas as fases da pesquisa [...]” (Rezende & Falgueras, 2020, p. 2).

Dessa forma, fundamentada em princípios que incluem a acessibilidade, a abertura, a colaboração e a inclusão, a Ciência Aberta oportuniza a democratização dos saberes e o engajamento da sociedade na produção de conhecimento científico. A Recomendação da Unesco



sobre Ciência Aberta (Unesco, 2021) reforçou esses princípios, destacando a Ciência Aberta como um movimento fundamental para melhorar a qualidade e disponibilidade científica, visando a redução das desigualdades em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

[...] a ciência aberta é [...] um construto inclusivo que combina vários movimentos e práticas que têm o objetivo de disponibilizar abertamente conhecimento científico multilíngue, torná-lo acessível e reutilizável para todos, aumentar as colaborações científicas e o compartilhamento de informações para o benefício da ciência e da sociedade, e abrir os processos de criação, avaliação e comunicação do conhecimento científico a atores da sociedade, além da comunidade científica tradicional. (Unesco, 2021, p. 7).

Rocha e Ribeiro (2023) destacam que a ausência de definições claras para os conceitos relacionados à Ciência Aberta merece atenção, em função da natureza dinâmica do ambiente científico, que se encontra em constante mudança. Tal realidade demonstra a importância do trabalho a ser feito pelos pesquisadores na consolidação desses conceitos, que necessitam recorrer à elaboração taxonomias. Estas são compreendidas como “[...] uma classificação sistemática e hierárquica de conceitos, objetos ou eventos de acordo com suas características ou propriedades comuns” (Silveira et al., 2023, p. 10). Diferentes estudos propuseram a elaboração de taxonomias para a Ciência Aberta (Baumgartner, 2019; Pontika et al., 2015; Silveira et al., 2021; Silveira et al., 2023), o que evidencia o interesse, a variedade e a amplitude de temas e dimensões abrangidas pelo movimento.

Como observado, a taxonomia mais recente é a concebida por Silveira et al. (2023), que identifica dez facetas principais relacionadas à Ciência Aberta. Entre elas, destaca-se a faceta *Infraestruturas e ferramentas científicas abertas*, cujo teor engloba as infraestruturas que sustentam as práticas em Ciência Aberta. Essas infraestruturas desempenham um papel essencial, ao amparar muitas das ações de abertura da ciência, especialmente em razão do uso intenso de tecnologias (Drucker et al., 2025, p. 28).

Entende-se que a noção de abertura, tal como concebida pela Ciência Aberta, exige condições técnicas, institucionais, sociais e políticas que permitam o compartilhamento, a reutilização de dados, a preservação de publicações, a comunicação entre pares e a ampla disseminação do conhecimento. Nesse contexto, as infraestruturas abertas, isto é, repositórios, plataformas colaborativas, sistemas de informação e ferramentas digitais livres, configuram-se como elementos-chave para a implementação dos princípios da Ciência Aberta. É por meio das infraestruturas que se asseguram o acesso público ao conhecimento, a preservação de longo prazo, a reproduzibilidade das pesquisas e a interoperabilidade entre sistemas, contribuindo diretamente para a consolidação de práticas científicas mais transparentes, acessíveis e sustentáveis. Conforme apontado por Shintaku et al.,

[...] existe um consenso de que a Ciência Aberta é altamente dependente da tecnologia para atender às suas premissas. Isso requer uma infraestrutura de apoio, pois [...] to-



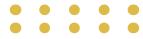
dos os temas que a Ciência Aberta abrange necessitam de recursos físicos e/ou virtuais para sua realização. Portanto, para a implementação das premissas da Ciência Aberta, é necessária uma infraestrutura de suporte, sendo desejável que essa infraestrutura seja aberta, na medida em que existem tecnologias e serviços que são pagos ou de acesso restrito. Nesse contexto, a infraestrutura de suporte à Ciência Aberta compõe-se de recursos físicos ou virtuais que apoiam a realização de suas atividades, podendo incluir as pessoas como parte desse conjunto. (Shintaku et al., 2025, p. 301).

Machado et al. (2025) convergem com a perspectiva acima, ao explicitar que as Infraestruturas abertas são constituídas por um conjunto de recursos físicos e digitais que sustentam as práticas científicas, promovendo a eliminação de barreiras de acesso e, em muitos casos, a gratuidade de uso. A fim de respaldar a argumentação em torno de uma definição, os autores citam o entendimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a respeito do termo infraestrutura enquanto conjunto de instalações físicas e recursos materiais que oferecem suporte às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) realizadas por investigadores, envolvendo aspectos como instalações físicas, equipamentos e instrumentos utilizados, recursos que se baseiam em conhecimento, e recursos vinculados à tecnologias da informação e comunicação (TICs).

Sendo assim, a expressão *infraestrutura aberta* pode ser entendida a partir da junção de dois aspectos complementares: *infraestrutura*, que se refere à base ou ao suporte necessário para a execução de determinada atividade, e *aberta*, qualificador que sugere ausência de restrições, podendo incluir tanto o livre acesso quanto a gratuidade. Ainda conforme Machado et al. (2025), a noção abrange componentes que variam entre formatos físicos, virtuais ou híbridos, desde que operem de forma a permitir o acesso e a participação ampla, através da eliminação de barreiras.

Outra faceta ou dimensão considerada na taxonomia proposta por Silveira et al. (2023), refere-se à *Educação Aberta*, movimento que tem como principal propósito ampliar, facilitar e democratizar o acesso ao conhecimento. É vista como uma abordagem propõe reflexão crítica acerca dos papéis desempenhados pela tecnologia e pela educação, pautando-se em valores como a liberdade na produção do saber, a valorização de ambientes educacionais mais horizontais e igualitários, e a promoção da inclusão social por meio da transformação das dinâmicas acadêmicas tradicionais. De acordo com o *Joint Research Centre (JRC)* da Comissão Europeia,

Educação aberta é um termo genérico, sob o qual diferentes entendimentos de educação aberta podem ser acomodados. Na Europa, e particularmente no ensino superior, a educação aberta não se refere especificamente à abertura de materiais educacionais sob uma licença aberta. Não significa apenas a disponibilidade de pesquisa de acesso aberto em repositórios, mas esses dois podem e devem ser incluídos no conceito mais amplo de educação aberta. (Santos et al., 2016, p. 5, tradução nossa).



Embora a Educação Aberta envolva um amplo conjunto de conceitos e práticas, como a pedagogia aberta, as plataformas de aprendizagem, os processos de curadoria e design, as práticas pedagógicas e as dinâmicas de compartilhamento de conhecimento, os REAs possuem lugar de destaque entre seus elementos constituintes, por serem considerados a materialização das práticas em torno da Educação Aberta. REAs podem ser compreendidos como conteúdos e materiais educacionais digitais disponibilizados sob licenças abertas, visando uso, reuso, adaptação e redistribuição. Amiel (2020) observa que, embora os REAs não esgotem o escopo da Educação Aberta, foi através deles que o tema ganhou visibilidade e acabou retornando às agendas institucionais e políticas. Desse modo, os REAs revelam as principais demandas e necessidades estruturais a serem superadas, de modo que a Educação Aberta se concretize em diferentes cenários de ensino e aprendizagem.

Neste trabalho, as Infraestruturas abertas cruciais à efetivação da Educação Aberta serão tratadas como uma dimensão transversal, em contraponto à abordagem da taxonomia proposta por Silveira et al. (2023), que as apresenta igualmente como facetas de primeiro nível junto às demais dimensões da Ciência Aberta. Parte-se do pressuposto de que as Infraestruturas abertas não se configuram como uma dimensão isolada, mas atravessam e sustentam boa parte das dimensões presentes no ecossistema da Ciência aberta. Essa visão encontra respaldo na analogia usualmente feita com o conceito biológico de ecossistema, que evidencia as interações entre organismos e elementos da natureza, formando um sistema estável e integrado, de modo que “o ecossistema é um ambiente em que vive um conjunto de formas de vida que interagem entre si, formando um sistema estável” (Inomata, 2019, p. 79). Essa perspectiva também se alinha com as noções sobre ecossistemas de conhecimento, que presupõem a existência de interações contínuas e colaborativas entre atores, tecnologias e saberes, nos quais as infraestruturas desempenham um papel fundamental enquanto facilitadoras dessas relações.

### 3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O estudo aqui proposto adota uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada e com caráter exploratório-descritivo, tendo como principal foco a pesquisa documental. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela possibilidade de examinar as infraestruturas abertas e seu papel na Educação Aberta, de forma a explorar possíveis aspectos sociais, culturais e institucionais que venham a influenciar a democratização do conhecimento. O recorte geográfico da investigação concentra-se no contexto brasileiro, com extensão, sempre que pertinente, para a realidade latino-americana. Como pesquisa aplicada, o estudo também busca oferecer contribuições úteis ao fortalecimento das PEAs na região.

Como já mencionado, para que a Educação Aberta se efetive e cumpra seus propósitos, ela depende, assim como a Ciência Aberta, de infraestruturas tecnológicas, sociais, políticas e

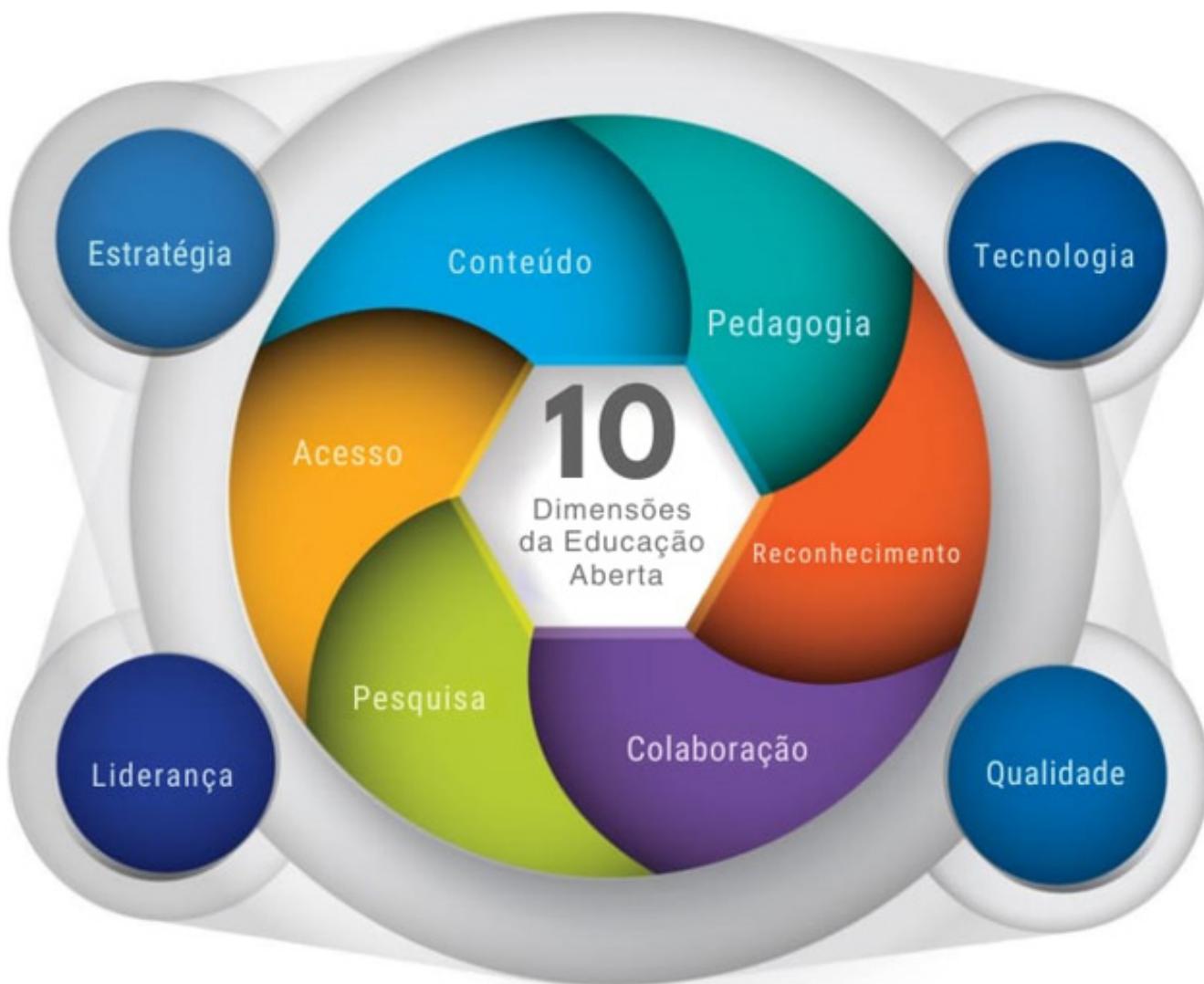


institucionais que a sustentem e estejam de acordo com suas premissas. Sob esse viés, este trabalho considera Infraestruturas e ferramentas de Educação Aberta aqueles instrumentos que venham a dar suporte na criação, compartilhamento e reutilização de REAs e na consequente implementação das PEAs, abrangendo infraestruturas dispostas nas seguintes categorias: políticas públicas e institucionais que incentivam as PEAs; licenças abertas; repositórios de REAs; Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) abertos; plataformas de Cursos Online Abertos e Massivos (MOOCs); e as redes regionais de suporte.

A escolha dessas categorias justifica-se por estarem em alguma medida alinhadas às estratégias apresentadas pelo JRC no âmbito do *OpenEdu Project* (Santos et al., 2016), que desenvolveu um *framework* com dez dimensões para a Educação Aberta (Figura 1). O propósito do projeto consistiu em compreender e avaliar as práticas de Educação Aberta em instituições de Ensino Superior (IES) europeias, oferecendo subsídios para apoiar docentes e gestores na implementação de ações e tomada de decisões relacionadas à abertura da educação em suas respectivas IES. As dimensões propostas englobam aspectos de abertura no ensino e na aprendizagem, concentrando-se em seis dimensões centrais e quatro transversais, as quais atuam de forma inter-relacionada. Entende-se que cada uma das categorias elegidas para esta análise contempla múltiplas dimensões desse *framework*, tanto centrais quanto transversais, evidenciando sua relevância e potencial para promover práticas educativas abertas.



**Figura 1 - As 10 dimensões da Educação Aberta**



Fonte. Traduzido de Santos et al. (2016).

Em suma, cabe destacar que a natureza exploratório-descritiva do trabalho propicia uma investigação inicial sobre as características e potencialidades das infraestruturas analisadas, permitindo compreender suas implicações na Educação Aberta. Para tanto, a pesquisa documental foi utilizada, através da análise de informações disponibilizadas nos sítios das infraestruturas selecionadas, em textos legais e ainda em fontes primárias disponíveis em bases de dados da área. Adicionalmente, a escolha das infraestruturas foi baseada em critérios como relevância regional e impacto na Ciência e Educação Abertas. Foram priorizadas plataformas amplamente conhecidas no âmbito do recorte geográfico e que apresentassem potencial significativo no suporte à Educação Aberta.



## 4. ANÁLISE: EXEMPLOS DE INFRAESTRUTURAS QUE SUSTENTAM A EDUCAÇÃO ABERTA

Como mencionado nas seções anteriores, a consolidação da Educação Aberta está vinculada à existência de Infraestruturas abertas que sustentem e viabilizem os REAs e, consequentemente, as PEAs em diferentes contextos. Tais infraestruturas englobam desde aspectos políticos e sociais até aqueles relacionados aos ambientes tecnológicos e às ferramentas digitais, compondo uma rede de infraestruturas que permitem a produção, o compartilhamento e a reutilização dos conteúdos produzidos de forma colaborativa e acessível, democratizando o acesso à educação.

### 4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Com relação às políticas públicas e institucionais, no Brasil, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024)<sup>2</sup>, incentiva o uso de softwares livres e de REAs como uma das estratégias para fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades de ensino *Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.* (*Lei nº 13.005*, 2014). Ainda no que tange à educação básica, a Portaria MEC nº 451 (2018), determina que os recursos educacionais utilizados na educação básica e custeados pelo Ministério da Educação (MEC) sejam disponibilizados de forma aberta e em sítios eletrônicos públicos, de modo que possam ser acessados, usados, adaptados e distribuídos.

O ensino superior brasileiro tem na Universidade Aberta do Brasil (UAB) uma de suas maiores políticas públicas voltadas para a promoção e expansão do acesso à educação superior, especialmente em regiões mais desassistidas por instituições presenciais. Financiada pelo governo federal através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a UAB integra mais de 100 instituições de ensino superior (IES), que coordenam os cursos, enquanto polos presenciais localizados estrategicamente em municípios oferecem a infraestrutura física de apoio aos estudantes. As infraestruturas necessárias para operacionalização da UAB são interligadas pela plataforma SisUAB, uma base de dados online por meio da qual a execução e o acompanhamento dos processos são gerenciados por coordenadores locais e gestores governamentais (Amiel & Soares, 2020).

A Cátedra Unesco em Educação Aberta e Tecnologias para o Bem Comum, antiga Cátedra Unesco em Educação a Distância, sediada na Universidade de Brasília (UnB), tem promovido desde a sua criação pesquisa, desenvolvimento e formação em torno da temática da Educação Aberta e a Distância. Ela promove a discussão e análise crítica do papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na educação, fomentando a elaboração e políticas públicas. Se constitui, portanto, em um centro de referência e difusão de práticas em Educação Aberta no Brasil, atuando em parceria com diferentes países e instituições da América Latina (Amiel, n.d.; Dalmati, 2024). Desenvolvida em parceria com a Cátedra Unesco da UnB, A Iniciativa Edu-

<sup>2</sup> A vigência do PNE foi estendida até 31/12/2025, através da Lei 14.934 (Brasil, 2024).



cação Aberta (IEA) foi inaugurada em 2017 como uma ação conjunta da antiga Cátedra Unesco em Educação Aberta e o Instituto Educadigital. Em 2023, a IEA se transformou em grupo de pesquisa com sede na UnB, focando atualmente duas ações em críticas e investigações sobre direitos digitais e a Educação Aberta (Iniciativa Educação Aberta, 2023).

## 4.2 LICENÇAS ABERTAS

As Licenças abertas garantem juridicamente a reutilização, adaptação e redistribuição de recursos educacionais, permitindo a socialização do conhecimento sem desrespeitar direitos autorais. Para ser efetivamente aberto, um REA deve combinar abertura técnica, com formatos interoperáveis e acessíveis, e licenças de uso que assegurem crédito ao autor enquanto permitem cópia, compartilhamento e distribuição, facilitando a colaboração e o uso legal desses materiais (Pavão et al., 2020).

Existem uma série de licenças abertas, cada uma com características específicas. A escolha irá depender do nível de liberdade e proteção que se deseja alcançar. Logo, compreender as licenças se faz crucial, tanto para produtores quanto para usuários de REAs, pois dessa forma os direitos autorais são preservados e as possibilidades de uso garantidas. As licenças *Creative Commons* (CC) são consideradas as mais utilizadas e difundidas entre os REAs. Logo, compreender as licenças se faz crucial, tanto para produtores quanto para usuários de REAs, pois dessa forma os direitos autorais são preservados e as possibilidades de uso garantidas.

## 4.3 REPOSITÓRIOS DE REAS

De acordo com Drumond et al. (2024), os repositórios de REAs são elementos centrais para a Educação Aberta e instrumentos estratégicos no apoio ao ensino, aprendizagem e pesquisa. Diferenciam-se dos repositórios institucionais tradicionais por seu foco em coleções digitais voltadas à disseminação e reutilização de recursos educacionais. Além de armazenar e organizar conteúdos, os repositórios de REA funcionam como espaços dinâmicos para materiais educacionais, favorecendo a constituição de comunidades de prática e o engajamento de diferentes atores no processo educativo. As autoras afirmam ainda que, no ensino superior, esses repositórios fomentam o compromisso institucional com a democratização dos saberes, estimulando a colaboração entre os pares. Contudo, alertam que o sucesso dos repositórios dependerá de fatores vinculados não só ao investimento na infraestrutura tecnológica, mas também à adoção de políticas institucionais que incentivem a produção e uso de REA, a formação docente, bem como alinhamento e integração com profissionais da informação. Além disso, a padronização de metadados, a curadoria de conteúdo e o desenvolvimento de interfaces intuitivas são aspectos essenciais para garantir a qualidade, a acessibilidade e a sustentabilidade desses repositórios no contexto académico (Drumond et al., 2024).



Dentre os diversos exemplos desses repositórios, tem-se o eduCAPES<sup>3</sup> repositório mantido pela CAPES que oferece acesso gratuito a REAs voltados à educação básica, superior e à formação de professores. O repositório também funciona como uma infraestrutura de apoio à Universidade Aberta do Brasil (UAB), servindo como ambiente para disponibilização e compartilhamento de materiais didáticos utilizados nos cursos da UAB (Amiel & Soares, 2020; EduCAPES, 2025). A Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, MEC-RED<sup>4</sup>, reúne em um só ambiente recursos digitais educacionais alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Voltada especialmente a professores da educação básica, a plataforma oferece conteúdos de diversas instituições públicas e privadas, promovendo o uso pedagógico de tecnologias digitais para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem (MEC RED, n.d.).

O Repositório para Educação Profissional e Tecnológica, ProEdu<sup>5</sup>, é um repositório voltado para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Foi criado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC, em parceria com três Institutos Federais, o Sul-rio-grandense (IFSul), o do Rio Grande do Norte (IFRN) e do Ceará (IFCE). Lançado em 2016, o repositório está hospedado na Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) (Carvalho et al., 2021). Outro repositório importante é o Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE)<sup>6</sup>, repositório digital criado em 2008 pelo MEC, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Rede Latino-americana de Portais Educacionais (RELPE), a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e outras instituições. Tem o objetivo de localizar, catalogar, avaliar e disponibilizar objetos educacionais digitais de livre acesso, produzidos em diferentes mídias e voltados para todos os níveis de ensino (Binotto & Basso, 2012).

A plataforma Educare<sup>7</sup>, da Fiocruz, tem como função organizar, gerenciar e disponibilizar materiais educacionais de forma aberta e gratuita. Com funcionalidades como criação de conteúdos interativos, importação de recursos e integração com plataformas de ensino, Educare facilita o acesso livre e ampliado ao conhecimento, com foco em educação aberta e inclusão social. Além de atuar como repositório de REAs, a Educare também é um ecossistema digital, onde os usuários podem colaborar na criação, adaptação e compartilhamento de conteúdos educacionais ("Sobre o...", n.d.).

Por fim, a Rede Latino-Americana de Ciência Aberta, La Referencia<sup>8</sup>, se destaca como uma rede de repositórios digitais que promove o acesso aberto à produção científica da região. Financiada por governos e instituições parceiras, ela integra e disponibiliza pesquisas acadêmicas de diversos países, facilitando a visibilidade e o compartilhamento de conhecimento e seguindo padrões internacionais de interoperabilidade (La Referencia, n.d.).

<sup>3</sup> eduCAPES. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>4</sup> MEC RED. Disponível em: <https://mecred.mec.gov.br/entrar>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>5</sup> ProEdu. Disponível em: <https://proedu.rnp.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>6</sup> BIOE. Disponível em: <http://objetoseducacionais.mec.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>7</sup> Educare. Disponível em: <https://educare.fiocruz.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>8</sup> La Referencia. Disponível em: <https://www.lareferencia.info/pt/>. Acesso em: 28 ago. 2025.



#### 4.4 OS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM (AVAS) ABERTOS

Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs) abertos representam uma inovação na educação online, integrando princípios de acesso livre, colaboração e flexibilidade pedagógica. Okada e Barros (2010) destacam que esses ambientes são projetados para superar as limitações dos modelos tradicionais, utilizando tecnologias abertas e REAs. A estrutura desses ambientes promove a interação, bem como a personalização da aprendizagem e a construção coletiva de conhecimento. Para que os AVAs cumpram seu papel enquanto ferramentas de apoio à Educação Aberta, é essencial que estejam estruturados como Infraestruturas tecnológicas sustentáveis, baseadas em princípios do *software* livre e, portanto, em formatos de código aberto. Dentre os AVAs de código aberto mais utilizados na promoção da Educação Aberta, pode-se citar o Moodle e o Chamilo. O Moodle é amplamente adotado no Brasil e no mundo, pois sua flexibilidade e diversidade de ferramentas facilitam sua presença em diversas instituições, inclusive naquelas que possuem AVAs próprios. Já o Chamilo tem conquistado espaço especialmente em países latino-americanos, oferecendo uma usabilidade mais simples e acessível, o que o torna atrativo em contextos com menor infraestrutura tecnológica (Lima & Brito, 2020).

#### 4.5 AS PLATAFORMAS DE CURSOS ONLINE ABERTOS E MASSIVOS (MOOCs)

As plataformas de MOOCs são infraestruturas interessantes para a Educação Aberta, pois promovem a democratização e o acesso ao conhecimento, combinando princípios de abertura com educação online em grande escala. Enquanto os AVAs priorizam a estruturação de cursos formais, os MOOCs destacam-se pela capacidade de alcançar públicos massivos e diversificados, muitas vezes transgredindo as barreiras geográficas e socioeconômicas. Os MOOCs têm se expandido por meio de plataformas virtuais específicas, permitindo que qualquer pessoa com acesso à internet possa se inscrever, sem a exigência de critérios seletivos, exceto em situações que se exige algum tipo de conhecimento prévio. (Dal Forno & Knoll, 2013).

Zaduski et al. (2018) afirmam que, atualmente, existe uma ampla variedade e oferta de plataformas de cursos MOOC. Entre as iniciativas brasileiras, podem ser mencionadas a Escola Virtual de Governo, vinculada à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)<sup>9</sup>; o Lúmina, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)<sup>10</sup>; o Moocqueca, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)<sup>11</sup>; o PoCA, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)<sup>12</sup>, o Portal Sophia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)<sup>13</sup>, entre outras. Todas essas plataformas oferecem cursos gratuitos, de fácil acesso à população em geral e com boa parte dos conteúdos disponibilizados sob licenças abertas. Além disso, compartilham uma caracte-

<sup>9</sup> Escola Virtual. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>10</sup> Lúmina. <https://lumina.ufrgs.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>11</sup> Mooc Ufes. <https://mooc.ufes.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>12</sup> PoCA UFSCar. <https://cursos.poca.ufscar.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>13</sup> Sophia UTFPR. <https://sophia.ct.utfpr.edu.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.



rística técnica em comum, isto é, o uso do Moodle, o que reforça a relevância e a disseminação desse AVA no contexto educacional.

#### 4.6 REDES REGIONAIS DE SUPORTE

Existe uma rede dinâmica de atores, instituições e iniciativas que compõem significativamente as infraestruturas de apoio à Educação Aberta. Essa rede não se limita ao âmbito educacional, abrangendo áreas como ciência, tecnologia e cooperação, além de desempenhar funções estratégicas na formulação de diretrizes, no incentivo à colaboração entre países e na promoção da circulação de saberes.

No Brasil, a RNP<sup>14</sup> é uma organização vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que opera a infraestrutura de rede acadêmica brasileira. Criada em 1989, ela conecta instituições de ensino e pesquisa em todo o país, oferecendo serviços de internet avançada, computação em nuvem e segurança cibernética. Além disso, a RNP promove inovação em TICs e colabora com redes internacionais visando o fortalecimento da ciência e da educação no país (RNP, n.d.).

No contexto latino-americano, a Rede Latino-Americana de Cooperação Avançada, RedCLARA<sup>15</sup>, conecta as redes acadêmicas nacionais da América Latina entre si e com outras regiões do mundo. Por meio de sua atuação, fomenta projetos colaborativos em educação, ciência e tecnologia, contribuindo diretamente para a formação de um ecossistema de ensino superior ("Sobre a...", n.d.). Ela também integra ações voltadas à Ciência Aberta, à interoperabilidade de repositórios e ao suporte técnico para ambientes virtuais de aprendizagem e uso de REAs nas universidades da região. Outra iniciativa relevante é a RELPE<sup>16</sup>, composta por órgãos governamentais dos Ministérios da Educação de diversos países da América Latina. A RELPE promove a articulação entre os portais nacionais de educação, com o objetivo de compartilhar recursos educacionais, boas práticas, tecnologias e políticas públicas (RELPE, n.d.).

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar e analisar as infraestruturas abertas que sustentam a Educação Aberta, destacando sua relevância para a democratização do conhecimento no contexto brasileiro e latino-americano. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, foi possível mapear iniciativas que abrangem desde políticas públicas e institucionais até ferramentas tecnológicas, como repositórios de REAs, AVAs abertos, plataformas de MOOCs e redes regionais de suporte. Essas infraestruturas, em conjunto, formam um conjunto de ações

<sup>14</sup> RNP. Disponível em: <https://www.rnp.br/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>15</sup> RedCLARA. Disponível em: <https://www.redclara.net/pt/>. Acesso em: 28 ago. 2025.

<sup>16</sup> Relpe. Disponível em: <https://relpe.org/>. Acesso em: 28 ago. 2025.



voltadas para práticas educacionais mais inclusivas, colaborativas e acessíveis, alinhadas aos princípios que regem o movimento da Educação Aberta. A análise reforça a importância de redes colaborativas na promoção da interoperabilidade e do compartilhamento de conhecimentos em escala regional. O trabalho contribui ainda para a reflexão sobre o papel das infraestruturas como alicerces da Educação Aberta, sugerindo que futuras pesquisas explorem estratégias para ampliar sua adoção, sustentabilidade e impacto em realidades educacionais diversas.

## BIBLIOGRAFÍA

- Albagli, S. (2015). Ciência Aberta em questão. In S. Albagli, M. L. Maciel, & A. H. Abdo (Orgs.), *Ciência aberta, questões abertas* (pp. 9-25). IBICT; UNIRIO. <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1060>
- Albagli, S., Clinio, A., & Raychstock, S. (2014). Ciência Aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. *Liinc em Revista*, 10(2), 434-450. <https://doi.org/10.18617/liinc.v10i2.749>
- Amiel, T. (2020). *Educação Aberta: conceito e panorama atual*. [Vídeo]. Fiocruz/Presidência Fiocruz. <https://educare.fiocruz.br/resource/show?id=cvUhVcWI>
- Amiel, T., & Soares, T. C. (2020). Advancing open education policy in Brazilian higher education. In K. Zhang, C. J. Bonk, T. C. Reeves, & T. H. Reynolds (Eds.), *MOOCs and open education in the Global South: Challenges, successes, and opportunities* (pp. 229–235). Routledge. <https://www.routledge.com/MOOCs-and-Open-Education-in-the-Global-South-Challenges-Successes-and-Zhang-Bonk-Reeves-Reynolds/p/book/9780367025779#eresources>
- Amiel, T. (n.d.). *Sobre a Cátedra UNESCO em EaD*. Universidade de Brasília. <https://catedra.fe.unb.br/institucional/sobre>
- Baumgartner, P. (2019). *Toward a taxonomy of open science (TOS)*. Open Science Education. <https://notes.peter-baumgartner.net/2019/06/24/toward-a-taxonomy-of-open-science/>
- Binotto, S. F. T., & Basso, M. V. A. (2012). Banco Internacional de Objetos Educacionais: um relato de experiência do Projeto ODIN. *Revista ACB*, 17(1), 174–193. <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/801>
- Carvalho, C. Q. P., Ferreira Filho, R. C. M., & Rocha, R. P. (2021). *Guia do usuário ProEdu*. IFSUL. <http://proedu.rnp.br/handle/123456789/1694>
- Controladoria-Geral da União. (2023). *6º Plano de Ação Nacional em Governo Aberto*. Brasília: CGU. [https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro/brazil\\_action-plan\\_2023-2027\\_december\\_pt.pdf](https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/6deg-plano-de-acao-brasileiro/brazil_action-plan_2023-2027_december_pt.pdf)
- Dal Forno, J. P., & Knoll, G. F. (2014). Os MOOCs no mundo: Um levantamento de cursos online



abertos massivos. *Nuances: Estudos sobre Educação*, 24(3), 178–194. <https://doi.org/10.14572/nuances.v24i3.2705>

Damiati, D. (2024, 2 de outubro). *Mudança de nome marca a passagem dos 30 anos de Cátedra UNESCO em EaD*. Universidade de Brasília. <https://catedra.fe.unb.br/noticias/158-mudanca-de-nome-marca-a-passagem-dos-30-anos-de-catedra-unesco-em-ead>

Drucker, D. P., Ciuffo, L., Sayão, L. F., Shintaku, M., & Vidotti, S. A. B. G. (Orgs.). (2025). *Infraestruturas de suporte à Ciência Aberta*. Editora Ibict. <https://doi.org/10.22477/9786589167754>

Drumond, G. M., Méxas, M. P., & Meza, L. A. (2024). Opening the horizons for education: reflections on repositories of open educational resources in higher education. *Em Questão*, 30, e-133916. <https://doi.org/10.1590/1808-5245.30.133916>

eduCAPES. (2025). *O que é o eduCAPES?* Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. <https://educapes.capes.gov.br/redirect?action=about>

Educare Fiocruz. (n.d.). *Sobre o Educare*. Fundação Oswaldo Cruz. <https://educare.fiocruz.br/about-us>

Iniciativa Educação Aberta. (2023, 18 de setembro). *Iniciativa Educação Aberta se transforma em grupo de pesquisa*. Iniciativa Educação Aberta. <https://aberta.org.br/elementor-11736/>

Inomata, D. O. (2019). Ciência Aberta e serviços em Repositórios digitais: reflexões teórico-conceituais e perspectivas para a formação de redes colaborativas no ecossistema de conhecimento. In C. R. S. Barbalho, D. O. Inomata, & J. M. Galves (Orgs.), *A Ciência Aberta e seus impactos na Região Norte do Brasil* (pp. 73-95). Edua. <http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1544>

LA Referencia. (n.d.). *Somos LA Referencia*. Rede Latino-Americana de Ciência Aberta. <https://www.lareferencia.info/pt/institucional/quienes-somos>

*Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014*. (2014, 26 de junho). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, edição extra, seção 1, Brasília: Presidência da República. <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2014&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8>

*Lei nº 14.934 25 de julho de 2024*. (2024, 26 de julho). Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União, edição 143, seção 1, Brasília: Presidência da República. <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.934-de-25-de-julho-de-2024-574500579>

Lima, M. M. A. & Brito, G. L. R. (2020). Análise de ambientes virtuais de aprendizagem nas perspectivas tecnológica-comunicacional-social, didático-pedagógica e de gestão. *Humanidades & Inovação*, 7(18), 277-86. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/>



article/view/4494

Machado, V., Silva, A. R. P. F. da, & Shintaku, M. (2025). Iniciativa de infraestrutura aberta. In D. P. Drucker, L. Ciuffo, L. F. Sayão, M. Shintaku, & S. A. B. G. Vidotti (Orgs.), *Infraestruturas de suporte à Ciência Aberta* (pp. 226-242). Editora Ibict. <https://doi.org/10.22477/9786589167754>. cap11

MECRED. (n.d.). *MEC RED - A Rede Social da Educação*. Ministério da Educação. <https://mecred.mec.gov.br/sobre>

Okada, A. L. P., & Barros, D. M. V. (2010). Ambientes virtuais de aprendizagem aberta: Bases para uma nova tendência. *TECCOGS: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, 3, 20-35. <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/52987>

Pontika, N.; Knoth, P.; Cancellieri, M. & Pearce, S. (2015). Fostering Open Science to Research using a Taxonomy and an eLearning Portal. In: *iKnow: 15th International Conference on Knowledge Technologies and Data Driven Business*, 21-22 Oct 2015, Graz, Austria. <https://doi.org/10.1145/2809563.2809571>

Pavão, C. G., Carneiro, M. L. F., & Klanovicz, M. F. (2020). A implantação da comunidade de recursos educacionais no Lume/UFRGS. In E. M. Mallmann, J. S. Jacques, A. A. Reginatto, & T. F. Alberti (Orgs.), *REA: teoria e prática* (pp. 229-246). Pimenta Cultural. <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2020.298>

*Portaria nº 451 de 16 de maio de 2018.* (2018, 17 de maio). Define critérios e procedimentos para a produção, recepção, avaliação e distribuição de recursos educacionais abertos ou gratuitos voltados para a educação básica em programas e plataformas oficiais do Ministério da Educação. *Diário Oficial da União*, edição 94, seção 1, Brasília: Ministério da Educação. [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/14729210/do1-2018-05-17-portaria-n-451-de-16-de-maio-de-2018-14729206](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/14729210/do1-2018-05-17-portaria-n-451-de-16-de-maio-de-2018-14729206)

RedCLARA. (s.d.). *Sobre a RedCLARA*. Rede Latino-Americana de Cooperação Avançada. <https://www.redclara.net/pt/somos>

RELPE. (s.d.). *¿Qué es RELPE?* Rede Latino-americana de Portais Educacionais. <https://relpe.org/que-es-relpe/>

Rezende, L. V. R., & Falgueras, E. A. (2020). Estado da arte dos marcos regulatórios brasileiros rumo à Ciência Aberta. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 25, 01-25. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e71370>

RNP. (s.d.). *Quem somos*. Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. <https://www.rnp.br/sobre-nos/quem-somos>

Rocha, R., & Ribeiro, N. C. (2023). Em direção à ontologia do movimento da ciência aberta:



proposta de modelo conceitual ontologicamente bem fundamentado. *Fronteiras da Representação do Conhecimento*, 3(1), 187-203. <https://doi.org/10.5281/zenodo.8351984>

Santos, A. I., Punie, Y., & Muñoz, J. C. (2016). *Opening up education: A support framework for higher education institutions*. Publications Office of the European Union. <https://dx.doi.org/10.2791/293408>

Shintaku, M., Menêses, R. da V. de, Costal, M., & Oliveira, F. R. (2025). Infraestruturas de suporte à Ciência Aberta. In D. P. Drucker, L. Ciuffo, L. F. Sayão, M. Shintaku, & S. A. B. G. Vidotti (Orgs.), *Infraestruturas de suporte à Ciência Aberta* (pp. 288-308). Editora Ibict. <https://doi.org/10.22477/9786589167754.cap14>

Silveira, L. da, Ribeiro, N. C., Melero, R., Mora-Campos, A., Piraquive-Piraquive, D. F., Uribe-Tirado, A., Sena, P. M. B., Polanco-Cortés, J., Santillán-Aldana, J., Silva, F. C. C. da, Araújo, R. F., Enciso-Betancourt, A. M., & Fachin, J. (2023). Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 28, 1-22. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e91712>

Silveira, L. da, Ribeiro, N. C., Santos, S. R. de O., Silva, F. M. de A., Silva, F. C. C. da, Caregnato, S. E., Oliveira, A. C. S. de, Oliveira, D. A., Garcia, J. C. R., & Araújo, R. F. (2021). Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 26, 1-27. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2021.e79646>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2020). *Hacia una recomendación de la*

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *sobre la ciencia abierta: crear un consenso mundial sobre la ciencia abierta*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373209>

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2021). *Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta*. <https://doi.org/10.54677/XFFX3334>

Zaduski, J. C. D., Lopes, R. B., & Junior, K. S. (2018). Considerações iniciais sobre um ambiente rizomático de aprendizagem. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 13(esp.1), 489-499. <https://doi.org/10.21723/riaee.nesp1.v13.2018.11442>



## ANEXO 1

### RESUMEN BIOGRÁFICO DE LOS AUTORES

#### Eva Priscila Vieira Dann

Licenciada em Letras - Português e Espanhol e bacharel em arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5707-7488>.

#### Caterina Groposo Pavão

Bacharel em biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre e doutora pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, professora da Faculdade de Biblioteconomia e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3712-7200>.